

# Benevides quer

MAS PARA APURAR DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES

ÉTICA

Sexta-feira, 1-5-92

# votar orçamento

ELE NÃO TEM AUTORIZAÇÃO DE PARLAMENTARES

ALDO RENATO SOARES/AE

O presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), reagiu ontem à modificação do orçamento da União, feita pelo ex-deputado e atual ministro Ricardo Fiúza, com providência de ordem técnica: não vai mais prorrogar o prazo para a votação da lei orçamentária, como sempre ocorria ao final de cada ano. Benevides quer evitar a correria dos dias finais, que não permite um acompanhamento mais sério do que está sendo relatado e aprovado. Mas para apurar as denúncias de irregularidades na elaboração do Orçamento o presidente do Congresso ainda não tem autorização dos parlamentares. O PMDB e o PFL ainda não indicaram seus representantes na Comissão de Inquérito que deve apurar esse tipo de fraude. O funcionamento dessa CPI está sendo adiado desde dezembro.

Benevides também não contou com a colaboração do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor das denúncias, que continuou mantendo sob sigilo 20 das 65 emendas que teriam sido introduzidas de forma irregular no orçamento de 1992. Suplicy quer dar conhecimento apenas



31reila/AE

das 45 que divulgou antea-

**Ministro Fiúza** tem. A lei orçamentária e as denúncias a respeito das 65 emendas que ela teria recebido depois de aprovada no plenário foi o assunto dominante na sessão de ontem do Senado. A assessoria de Suplicy, que denunciou as irregularidades, entregou ao presidente do Congresso as emendas e, ontem à tarde, o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, se negou a falar sobre o assunto.

Segundo Suplicy, Fiúza, como relator do projeto na Comissão Mista de Orçamento, teria comandado o trabalho de alteração do projeto. Um assessor direto do ministro explicou que Fiúza mantém sua posição inicial, de só se manifestar sobre as denúncias depois que receber a cópia das 65 emendas.